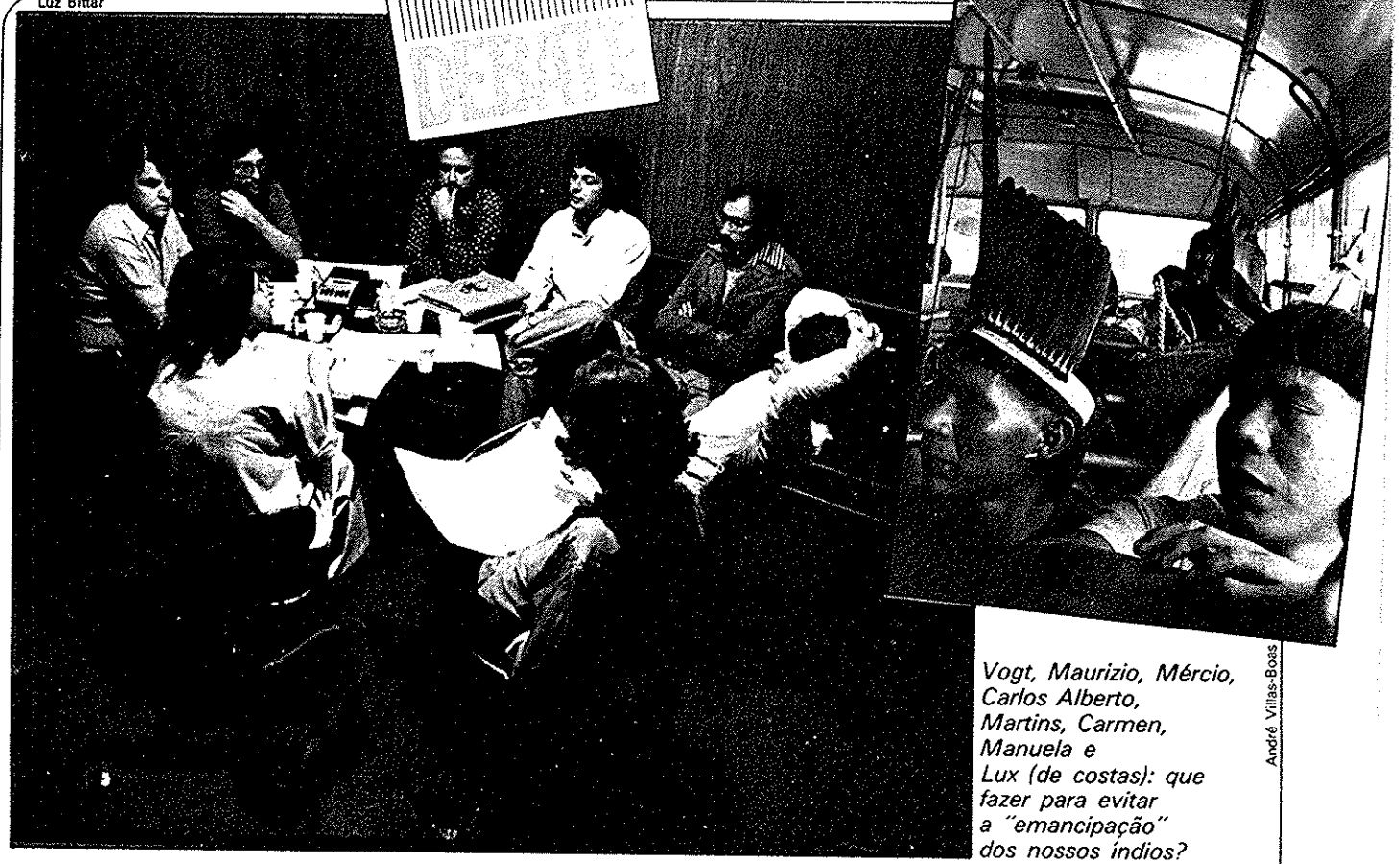


Luz Bittar



Vogt, Maurizio, Mércio, Carlos Alberto, Martins, Carmen, Manuela e Lux (de costas): que fazer para evitar a "emancipação" dos nossos índios?

André Villas-Boas

Índios: solução final?

CARLOS VOGT E PAULO SÉRGIO PINHEIRO

Há um quadro de Paul Klee chamado Angelus Novus. Nele está representado um anjo, parecendo afastar-se de algo que contempla. Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas prontas para voar. O anjo da história deve parecer assim. Ele tem o rosto voltado para o passado. Onde nós vemos uma seqüência de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que sem cessar acumula ruínas sobre ruínas e as arremessa ante seus pés. Ele gostaria de parar, de acordar os mortos e de recompor o destruído. Certamente Walter Benjamin não estava pensando nos índios brasileiros ao contrapor a História e a Civilização. Mas, sem dúvida alguma, essa alegoria atinge plenamente a situação autoritariamente provocada pelo governo ao pretender impor, sob a capa de um expediente jurídico, a "emancipação" às sociedades indígenas. Para debater essa questão, ISTOÉ organizou uma mesa-redonda da qual participaram os antropólogos Carmem Junqueira, da PUC-SP; Lux Vidal, da USP; Carlos

A novela que tenta disfarçar a dimensão trágica do problema

Alberto Ricardo, Manuela Carneiro da Cunha e Mércio Gomes Pereira, da Unicamp; o sociólogo José de Souza Martins, da USP; e o lingüista Maurizio Gnerre, da Unicamp.

ISTOÉ. Talvez pudéssemos começar dando um contorno geral da questão em debate. Onde está a gênese da desordem?

Lux. Foi, se me lembro bem, em março de 1977, quando pela primeira vez o ministro do Interior, Rangel Reis, numa reunião que houve no

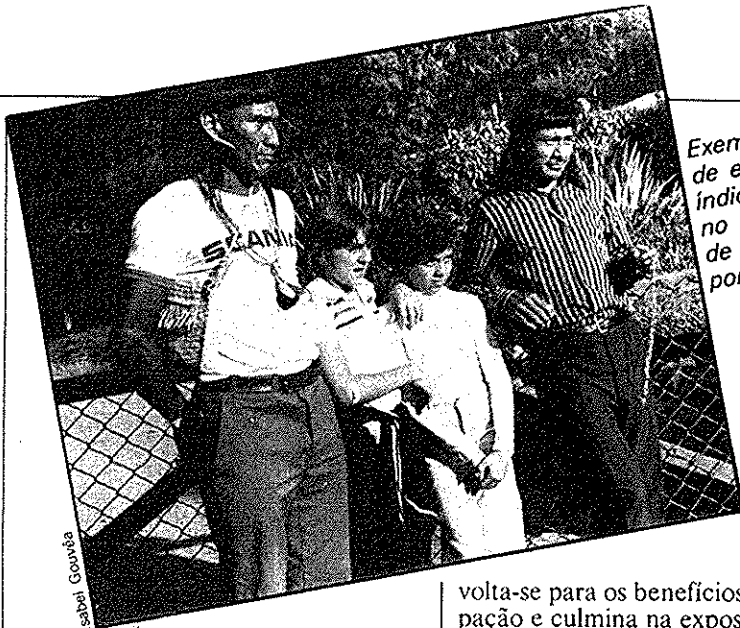
Rio, lançou a idéia de emancipar algumas comunidades indígenas. Poucos dias depois, num debate promovido no jornal *O Estado de S. Paulo*, todos os presentes, de maneira unânime, inclusive o próprio general Ismarth de Oliveira, presidente da Funai, rejeitaram a idéia da emancipação. Naquela época, a conclusão à qual nós chegamos foi que não é só a integração do índio à comunhão nacional que precisa de tempo, mas a legislação que trata da situação dessas minorias no Brasil também exige, para ser aprimorada, um debate paciente e cuidadoso. Porém, em outubro de 1977, o ministro do Interior, em discurso proferido na CPI do índio, esclareceu a orientação da política do governo, enfatizando a aceleração do processo de integração e emancipação. Apesar dos protestos, apelos e esclarecimentos de indigenistas, antropólogos e missionários, resultou um projeto de decreto que dispõe sobre a emancipação das comunidades

indígenas encaminhado, recentemente, ao presidente da República.

ISTOÉ. *Os antropólogos foram, em algum momento, chamados a opinar?*

Lux. Havia uma data marcada para a assinatura desse decreto – fim de fevereiro – e ninguém tinha sido, na verdade, avisado. Então, a coisa era totalmente sigilosa na época. Mesmo assim, conseguiu-se saber o que se tramava e redigiu-se um manifesto protestando contra esse decreto de “emancipação” por decisão unilateral do Estado, para o qual não se havia levado em consideração qualquer sugestão das pessoas que poderiam ter contribuído com conhecimento de causa. Durante o mês de junho nós tomamos conhecimento da minuta, que foi estudada minuciosamente e criticada durante a Reunião da SBPC, em julho, em São Paulo. Pouco depois, recebemos a notícia de que seríamos chamados, alguns antropólogos, juristas, indigenistas e funcionários da Funai, a Brasília, não para opinar, mas para dar algumas simples sugestões a respeito da minuta proposta pelo ministro do Interior. Houve então uma reunião em São Paulo, no dia 26 de agosto, da qual participaram antropólogos e indigenistas de todo o país. Naquela reunião já tínhamos decidido, por unanimidade, que seriam inaceitáveis os termos do projeto. Decidimos, então, elaborar um documento que esclarecesse a opinião pública sobre nosso posicionamento e por que éramos contra o projeto. Apesar de tudo, nós estávamos prestes a ir a Brasília esclarecer novamente a nossa posição e reafirmar que, apesar de rejeitar o projeto, estaríamos sempre prestes a ajudar a Funai e o governo na elaboração de uma política indigenista adequada.

Carlos Alberto. É preciso deixar muito claro que nessa reunião nasceu, talvez, a posição que hoje o governo pretende caracterizar como “ruptura de diálogo”, porque apenas rejeitávamos os termos daquela minuta. A posição era clara: a emancipação do índio era e é inoportuna, dado o quadro atual e concreto em que as populações estão vivendo atualmente, sob uma tutela ineficiente, com terras até hoje não demarcadas. Enfim, a intenção do governo de emancipar os índios, consubstanciada em diferentes versões desse projeto, dá a medida da linha mestra da política indigenista



Exemplo de emancipação: índios posam no zoológico de São Paulo por 10 cruzeiros

oficial, e não é uma coisa episódica, mas data da época da própria aprovação do Estatuto do Índio, em 1973.

ISTOÉ. *Mas ninguém denunciou essa intenção dissimulada?*

Manuela. Quando foi aprovado o Estatuto do Índio com 29 emendas, propostas pelo Senado, figurava a emenda da “emancipação”, que, parece, não estava incluída no projeto inicial indigenista. O único a chamar a atenção sobre o perigo da “emancipação” foi o padre Egidio Schwabe. Em março de 1974, o ministro Rangel Reis já anunciava que iria implementar uma política acelerada de integração das populações indígenas, e dizia o seguinte: “Achamos que as idéias de preservar a população indígena dentro de seu habitat são belas idéias, porém irrealis”. Dois anos mais tarde, em dezembro de 76, ao anunciar seus planos para 1977, diz pretender desenvolver um trabalho intenso para a “emancipação” das comunidades indígenas, de modo que “através de um trabalho concentrado entre vários ministérios possamos reduzir para 20.000 os 220.000 índios existentes no Brasil e daqui a 30 anos todos eles estariam devidamente integrados à sociedade nacional”. Quer dizer, no começo o progresso apresentado é inevitável e os índios não devem ser um entrave para ele. Depois o progresso é visto como desejável para nós e, finalmente, corando o raciocínio, não só é desejável para nós mas é desejável também para os índios. Na CPI do índio ele diz que é necessário uma campanha de esclarecimento junto aos índios para demonstrar as vantagens da emancipação, porque ela lhes daria plenos direitos, acesso ao crédito agrícola como os demais agricultores, com o direito de educar seus filhos como os demais cidadãos. Nesse momento a retórica dá uma guinada,

volta-se para os benefícios da emancipação e culmina na exposição de motivos divulgada no dia 7 de novembro, que, curiosamente, retoma termos dos manifestos que circularam por aí. **Lux.** Eu queria insistir que o governo se apoderou com uma rapidez extrema de todo o vocabulário, terminologia, posicionamentos que nós lhe demos, através de documentos, relatórios e pareceres. Mas usa-os agora contra os antropólogos e contra as próprias comunidades indígenas... quer dizer, uma verdadeira manipulação da terminologia que costumamos usar.

ISTOÉ. *Então a única alternativa que vocês vêem é a da integração das comunidades indígenas, isto é, o agora inoportuno seria, numa outra época, oportuno?*

Carlos Alberto. Nós somos contra a idéia da falsa emancipação, quer dizer, não somos contra a idéia de emancipação, mas somos contra a emancipação que se pretende fazer agora nas condições concretas em que as populações indígenas estão vivendo.

Carmem. O governo, o Estado, tem a obrigação de dar uma legislação para proteger essas populações. Nós conseguimos desorganizar essas populações, dizimar essas populações; nós temos um dever histórico (não é generosidade não), um dever histórico de proteger essas populações, e se há alguém que possa pedir dispensa dessa proteção é só a população indígena.

ISTOÉ. *É possível decretar a igualdade de condições entre as comunidades indígenas e a sociedade envolvente?*

Carmem. Não se pode esquecer também que isso aqui é uma sociedade capitalista, quer dizer, que essa igualdade de condições é uma falácia. Realmente, apesar das intenções do ministro, de querer que o índio emancipado vire general, vire até presidente da República, isto aqui é um mundo

capitalista, quer dizer, se nós estamos querendo emancipar para integrar, vamos começar pelos caiçaras de São Sebastião, de Caraguatubá, para depois mexer com o povo que tem outra cultura, outra língua, outra tradição, outra perspectiva.

Martins. Aliás, a necessidade de "emancipação" nasce do fato de que o índio foi desemancipado, ou seja, ele era emancipado segundo a sua própria realidade, seus costumes, sua cultura, seu mundo, seu universo. A ficção da "emancipação", essa ficção jurídica, nasce da dominação que se exerce sobre o índio, apresentando-se como o último ato desse processo, que é a diminuição do índio, pela solução ideológica de sua integração na sociedade nacional. O que está em jogo aí, em primeiro lugar, é a política do governo, é a política do regime, e o problema do índio nasce como parte dessa política. E não só nasce o problema do índio como nascem outros problemas. Aqui lembramos o caiçara, a gente podia lembrar também o problema dos posseiros, que é um dos problemas naturalmente graves de hoje, o problema da classe operária, um problema extremamente grave de hoje, e assim por diante. Quer dizer, há toda uma política, que o regime adotou, e que atinge entre outras pessoas o índio, e atinge também o antropólogo ou o cientista social por dever de profissão. Atinge no fundo toda a população. A manifestação que houve no Tuca

foi clara nesse sentido: 2 mil pessoas, ou mais, interessadas no problema fundamental, que é o problema dos direitos básicos das pessoas, sejam elas índias ou não. A questão é, pois, mais geral. O que está sendo discutido, no fundo, é a legitimidade do regime, e o índio está questionando essa legitimidade; nós que trabalhamos profissionalmente nessa área também estamos questionando a legitimidade da ordem vigente.

ISTOÉ. Quer dizer, a emancipação é inoportuna estruturalmente?

Martins. É inoportuna porque o regime que patrocina a "emancipação" é inoportuno. Eu acho que a questão basicamente é esta: porque o regime não tem legitimidade. Hoje, tem-se na sociedade brasileira uma insubordinação geral, um questionamento sistemático da legitimidade do regime. O problema do índio entra aí também. Mas não é só o problema do índio. Por circunstâncias, nós que trabalhamos nessa área, e outras pessoas que eventualmente se preocupam com o tema, é que estamos problematizando, ou seja, traduzindo numa linguagem que explicita o fato de que há duas coisas em jogo: uma política econômica e social do regime e, de outro lado, as alternativas possíveis para essa política. E as pessoas não são consultadas em relação a essas alternativas, nós somos colocados diante do fato de que a alternativa é só uma. A questão do índio surge em função dessa tal política de ocupação dos espaços vazios: mesmo que o espaço não esteja vazio, as pessoas esvaziam o espaço, para criar espaço para o capital, e é fundamentalmente isso que está acontecendo no Amazonas e outras regiões (é então o estatuto em 1973 e agora a história da "emancipação"). A militarização da política em relação a essas terras novas, seja em relação ao índio, seja em relação ao posseiro, vem como resultado de uma atitude do Estado em relação ao capital, como é que o capital deve ocupar esse espaço todo vazio, para ser esvaziado ou para ser ocupado no segundo momento. No fundo é isso que dá a dimensão política, a questão do índio, a questão de posseiros e trabalhadores em geral.

Mércio. Note-se que, realmente, desde o início, a política indigenista oficial brasileira, criada em 1910, está bem relacionada com o movimento histórico de ocupação do espaço, quer dizer, do desenvolvimento da região amazônica e de outras regiões do território brasileiro. Em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio nasceu em torno de uma discussão re-

lacionada com o problema de ocupar o espaço do Oeste de São Paulo e das regiões do Paraná e Santa Catarina. Naquela época, por exemplo, discutia-se em que regiões do Sul os índios Kaingang e Xokleng deviam ser exterminados ou não: o SPI foi criado para conter esses ímpetus etnogenocidas.

Carlos Alberto. Influenciado pelo positivismo, que reconhecia que há estágios de evolução na cultura humana e que as culturas "primitivas" deixadas à vontade evoluiriam para os estágios "civilizados". O fundamental é que a tragédia das sociedades indígenas esteve sempre ligada aos projetos desenvolvimentistas dos governos nacionais. De Getúlio Vargas ao general-presidente Geisel, passando por Juscelino Kubitschek, a identidade étnica e cultural dos índios foi sempre



Ismarth, presidente da Funai: não à idéia que tomou conta do governo

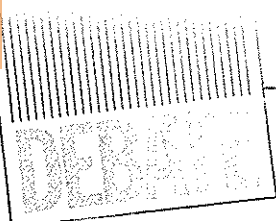
violentada. O histórico conflito entre a política de proteção aos índios preconizada pelo marechal Cândido Rondon e as sucessivas administrações federais somente podem ser entendidas nesse contexto.

ISTOÉ. Nesse processo de violentação contínua, o general Bandeira de Mello, presidente da Funai no governo do general-presidente Médici, não teve um papel de destaque?

Carmem. Sim, mas não só esse inquestionável administrador. Acho que um marco muito significativo é 1968, quando nos encontramos realmente no "milagre brasileiro" e no máximo de autoritarismo do regime. Vejam vocês: em 1910, se discutia matar o índio ou não, e venceu o positivismo de Rondon, não matar nunca etc. Hoje se discute matar de que forma. Em 1966, deu-se o grande escândalo do paralelo 11 com a matança dos índios Cinta Larga. Mataram com ba-



Rangel: pensando em emancipar os índios desde março do ano passado



nana de dinamite e metralhadora. Hoje, doze anos depois, se decide matar com um projeto que atinge diretamente as fontes de sobrevivência das populações, isto é, matar de fome mesmo, como se mata o brasileiro, não é?

Maurizio. A idéia por trás da "emancipação" é também a difusão forçada do português, uma forma de impor um português absolutamente fragmentário, como acontece no Acre e em outras regiões. Há índios que perderam até a capacidade de dispor de um código lingüístico com alguma complexidade porque aprenderam o português-caboclo por pressão social local. Há hoje índios adultos que não dispõem de nenhum código utilizável, seja o português ou a língua indígena nativa.

ISTOÉ. *Que condições permitiriam resguardar as comunidades indígenas da sanha desenvolvimentista dos governos brasileiros, especialmente na versão autoritária hoje em voga?*

Martins. O requisito fundamental, nesse sentido, seria a preservação da identidade tribal. Sem essa possibilidade, de cada tribo preservar sua língua, sua cultura de modo geral, suas convicções, seus sistemas de propriedade (isso é muito importante, é o fundamento dessa existência), não há como discutir. O problema é que neste momento não é possível, entre outras razões, porque se consagra um único regime como universal, o regime da propriedade privada, particularmente o da propriedade capitalista da terra. É um negócio que se choca com as condições de existência da sociedade tribal. Quando houver uma situação em que seja possível a preservação dessa identidade, aí talvez se coloque a questão de um modo mais legítimo, a famigerada "emancipação". Devemos pensar que o índio hoje está criando um problema político muito sério. E talvez por isso toda essa pressão em "emancipar". É a luta do índio. Não é só Nonoai, em outras regiões outros índios estão empenhados nessa atividade febril, e outros grupos, uns mais ativamente, outros menos. Mas na verdade o índio está se emancipando. Agora, essa emancipação não interessa, não tem reconhecimento sequer jurídico no Estado brasileiro, quanto mais político: de modo que se contrapõe a essa outra "emancipação".

Lux. Neste momento as comunidades

Xavantes no santo ofício da missa: resultado de uma política de aculturação

indígenas estão mostrando a sua capacidade de se emancipar, pelo menos do ponto de vista interno, em relação à sua economia. Por exemplo, os Kayovas, do Mato Grosso, os Gaviões, do Pará, com dificuldades mas tratando de se adaptar à nova situação. Os Xikrin, um grupo kaiapó, estão conseguindo essa integração, se bem que conservando todas as tradições, sua organização social e modo de produção. E justamente nesse momento, em que há certas experiências dando bons resultados, é que se fala em emancipar. Como se quisessem destruir, inibir essas iniciativas que vêm dos próprios índios, mostrando que eles têm a capacidade de se organizar coletivamente nas suas próprias terras: por um lado, para sua subsistência; por outro, para comercializar um certo excedente, comprar o que eles precisam do mundo "civilizado".

Martins. O caso dos Gaviões é muito interessante a esse respeito: eles mostram que são capazes de se autogerir. Está aí o conflito deles agora com a barragem do Tucuruí. A situação requer um nível de entendimento tal que dificilmente a Funai poderá ter.

Lux. Os índios querem uma autonomia interna mas não querem ser emancipados; eles precisam de proteção e garantias, como todo mundo, como qualquer um de nós.

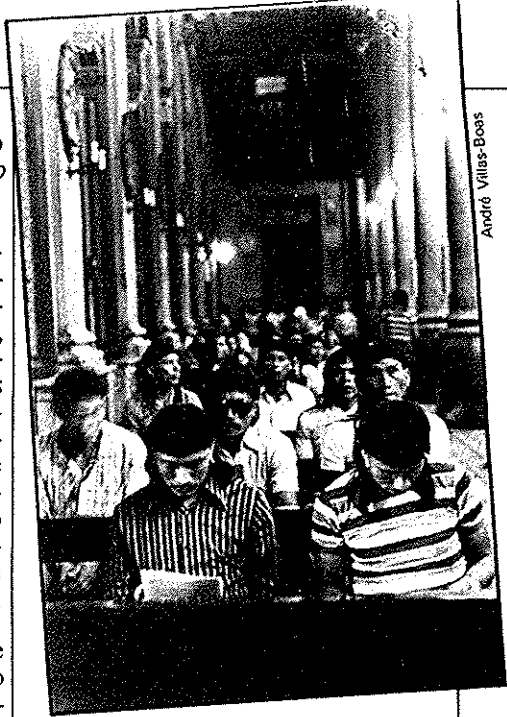
ISTOÉ. *Essa "emancipação" é, portanto, uma solução ideológica: tirar dos índios a posse das terras. Dar-lhes em troca a posse da sua força de trabalho, um mercado de trabalho onde essa posse não vai ser assimilada, vai ser marginalizada. É esse o sentido da iniciativa governamental?*

Carmem. Acho que sim. Essa questão da posse da força de trabalho, ela está sendo vendida há muito tempo. É realmente uma contribuição inestimável, para engrossar o exército dos bóias-frias.

Carlos Alberto. Em outras palavras, é a troca das terras por uma cidadania que lhes dá direito de engrossar as filas do Funrural e do INPS.

ISTOÉ. *Há muitos e muitos casos da imensa tragédia social do índio brasileiro. Não seria importante expor alguns deles?*

Lux. O que queremos saber é se os grupos indígenas vão ter suas terras demarcadas adequadamente para que possam sobreviver enquanto povo e



André Villas-Boas

enquanto cultura, no estágio atual de contato. De fato, é preciso mostrar claramente o que está acontecendo com diversos grupos indígenas. Uma grande parte da Reserva Parakanã, cujos índios contam com apenas sete anos de contato, será inundada devido à construção de uma hidrelétrica. Não houve, no projeto, a mínima preocupação de saber como ficaria a situação da comunidade indígena a quem parte destas terras pertence.

Carlos Alberto. O Estatuto do Índio prevê o mês de dezembro de 1978 como o limite para a demarcação das terras indígenas: 2/3 das terras ainda não foram até agora demarcadas. No momento em que se discute a emancipação nós gostaríamos simplesmente de saber quais as garantias que os índios terão para a continuidade da demarcação das terras. Gostaríamos de saber, e para tanto estamos totalmente dispostos a colaborar, desde que se possa chegar a um novo termo de compromisso de demarcação das terras indígenas.

Lux. Não há nada no projeto que se refira aos direitos desses índios, direitos que lhes são assegurados por lei, artigo 20, § 3 do Estatuto do Índio, isto é, garantir à comunidade indígena removida "área equivalente à anterior, inclusive quanto às condições ecológicas". Esses índios Parakanã, após uma "pacificação" das mais desastrosas na história indigenista, estão sendo novamente sacrificados, por omissão, má fé e falta de organização. Quando, na verdade, tudo poderia ter-se resolvido, se não em condições ideais, pelo menos com menos sofrimento. Outro caso é o seguinte: o grupo Gavião, do Pará, perdeu suas

terras há mais de catorze anos, chegando à beira da extinção. Foram relocalizados numa área que hoje lhes pertence, rica em castanhais, à beira de uma estrada. Durante doze anos foram explorados, pela própria Funai, como mão-de-obra barata na extração de castanha-do-pará. Tendo conquistado, apesar de muitos obstáculos, sua autonomia interna, e ainda procurando se adaptar a esta nova e difícil situação, chega-nos a notícia de que o território Gavião será cortado por uma linha de transmissão e para isso será desmatado um corredor de 20 quilômetros de comprimento e 150 metros de largura, com estradas de acesso etc. Esse desmatamento representa uma terrível perda para os índios e de conseqüências imprevisíveis. E a Funai nada fez, depois de tantos anos de autoritarismo em assuntos internos e de exploração do trabalho indígena, nada fez para impedir esta espoliação do patrimônio indígena. O exemplo mais triste e recente é o projeto imposto aos índios Bororos de Tadarimana. Nenhum projeto da Funai até agora teve resultados satisfatórios, mas os economistas da Funai insistem em que este projeto tem que dar certo, quer os índios queiram ou não. O chefe do posto fi-

cou como gerente de campo do projeto, sendo os índios simples executantes. Instalaram uma cantina que distribui vales àqueles que trabalham na roça, de tal a tal hora. Os índios se recusam a plantar milho num tal lugar, mas o projeto diz que tem que plantar milho naquele lugar, índio vai aprender a plantar milho! O artesanato deve ser vendido à cantina do projeto, para amortecer as dívidas advindas das compras na cantina, mas que na verdade só deveriam ser pagas na época da colheita. E os índios Oyampi? Os 200 índios Oyampi, contactados no Amapá, em 1973, esperam há mais de dois anos a demarcação de suas terras. Sofrem invasões frequentes de grupos de garimpeiros, contra os quais eles, sozinhos, não podem se defender. A Funai só toma iniciativas após crises graves, tiroteios e situações de insegurança total para os indígenas. As providências tomadas até agora para evitar os atritos foram de concentrar os índios em aldeias gigantes, desativando-se, assim, áreas tradicionalmente ocupadas, o que compromete o equilíbrio econômico e político dos Oyampi. Isto, aliado ao engavetamento do processo de demarcação da área, facilita a invasão do território por parte de grupos de

invasores, que serão cada vez mais difíceis de serem desalojados. Talvez então a Funai reduza mais ainda a área a ser demarcada para os Oyampi, entregando as terras para estranhos e espoliando os índios de seu território ancestral.



Kaiapós: a experiência da integração sem perder nenhuma das suas tradições



CHÃO SOBRE O QUAL SE PISA: ...

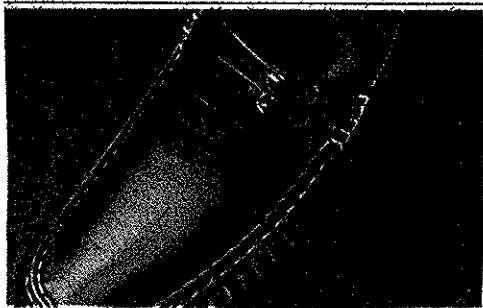


NOME DO TERCEIRO PLANETA MAIS PRÓXIMO DO SOL: ...



A PARTE SÓLIDA DO GLOBO: ...

O QUE É, O QUE É?



LOCAL DE ORIGEM: ...



CALÇADO BRASILEIRO DE ALTA QUALIDADE: ...

RESPOSTA: TERRA - ENTRE OUTRAS COISAS, O MELHOR CALÇADO.

TERRA

Calçados Terra S.A.
Rua Augusto Marques, 1881 - Franca - SP.